

<https://doi.org/10.18593/r.v50.34464>

Educação popular na universidade: contribuições para o ensino, a pesquisa e a extensão

Popular education in the university: contributions to teaching, research, and extension

Educación Popular En La Universidad: Contribuciones Para La Enseñanza, La Investigación Y La Extensión

Fernanda dos Santos Paulo¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Docente.

<https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

Resumo: Este artigo analisa a presença e os sentidos da Educação Popular (EP) na universidade brasileira, discutindo suas contribuições para ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é investigar como a EP tem influenciado e transformado práticas acadêmicas em contextos específicos, a partir de revisão bibliográfica e documental. Os resultados indicam dois sentidos do “popular”: (i) acesso/assistência, associado a políticas de ingresso com efeitos limitados sem permanência e justiça curricular; e (ii) emancipação, ancorada em extensão crítica, investigação-ação-participativa e sistematização de experiências. Propõem-se quatro eixos para qualificar sua presença: territorialização do conhecimento; coprodução e sistematização de saberes; justiça curricular e permanência; e governança participativa da extensão. Conclui-se que a EP desloca a agenda do acesso para a democratização do conhecimento, requerendo transformação institucional interdisciplinar, intersetorial e intercultural. Questões que orientam a leitura: as demandas das periferias e do campo são pesquisadas pela universidade? Por que tantos

¹ ¹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; É ativa em diversos movimentos de Educação Popular, como na Associação de Educadores populares de Porto Alegre e do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul; Uma das fundadoras do Fórum de Educadores Sociais de Porto Alegre em 2016; Principal área de pesquisa é a Educação Popular, em diferentes dimensões e contextos.

estudantes trabalhadores migram para a EAD? Em que medida a extensão crítica reconfigura ensino e pesquisa e por que experiências de EP seguem pouco visibilizadas e personalizadas em torno de pesquisadores, e não de projetos institucionais?

Palavras-chave: educação popular; universidade; democratização do conhecimento; extensão universitária; justiça curricular.

Abstract: *This article analyzes the presence and meanings of Popular Education (PE) in Brazilian universities, discussing its contributions to teaching, research, and university extension (outreach). The objective is to investigate how PE has influenced and transformed academic practices in specific contexts, based on a bibliographic and documentary review. Results indicate two meanings of the “popular”: (i) access/assistance, linked to access policies whose effects are limited without student persistence and curricular justice; and (ii) emancipation, anchored in critical extension, participatory action research, and the systematization of experiences. Four axes are proposed to qualify PE’s presence: territorialization of knowledge; co-production and systematization of knowledge; curricular justice and student persistence; and participatory governance of extension. We conclude that PE shifts the agenda from access to the democratization of knowledge, requiring interdisciplinary, intersectoral, and intercultural institutional transformation. Guiding questions for readers include: Are the demands of urban peripheries and rural territories being researched by universities? Why do so many working students move to distance education (DE)? To what extent does critical extension reconfigure teaching and research, and why do PE experiences remain under-recognized and personalized around individual researchers rather than institutional projects?*

Keywords: *popular education; university; social movements; history.*

Resumen: *Este artículo analiza la presencia y los sentidos de la Educación Popular (EP) en la universidad brasileña, discutiendo sus aportes a la docencia, la investigación y la extensión. El objetivo es indagar cómo la EP ha influido y transformado prácticas académicas en contextos específicos,*

a partir de una revisión bibliográfica y documental. Los resultados indican dos sentidos de lo “popular”: (i) acceso/asistencia, asociado a políticas de ingreso con efectos limitados sin permanencia y justicia curricular; y (ii) emancipación, anclada en extensión crítica, investigación-acción participativa y sistematización de experiencias. Se proponen cuatro ejes para calificar su presencia: territorialización del conocimiento; coproducción y sistematización de saberes; justicia curricular y permanencia; y gobernanza participativa de la extensión. Se concluye que la EP desplaza la agenda del acceso hacia la democratización del conocimiento, requiriendo una transformación institucional interdisciplinaria, intersectorial e intercultural. Preguntas que orientan la lectura: ¿las demandas de las periferias y del ámbito rural son objeto de investigación por parte de la universidad? ¿Por qué tantos estudiantes trabajadores migran hacia la educación a distancia (EaD)? ¿En qué medida la extensión crítica reconfigura docencia e investigación y por qué las experiencias de EP siguen poco visibilizadas y personalizadas en torno a investigadores, y no a proyectos institucionales?

Palabras clave: *educación popular; universidad; democratización del conocimiento; extensión universitaria; justicia curricular.*

Recebido em 19 de dezembro de 2023

Aceito em 03 de outubro de 2025

1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular vem assumindo presença crescente no espaço universitário brasileiro, tensionando o caráter historicamente elitista e profissionalizante que marcou a constituição do ensino superior no país. Se, em suas origens, a universidade se configurou como instituição restrita e pouco permeável às demandas sociais, sobretudo das classes populares, a partir da segunda metade do século XX novas experiências passaram a afirmar-se, inspiradas

pelo pensamento freiriano e pelos movimentos sociais (Freire, 1987; Brandão, 2006; Jara, 2018). Nesse sentido, a presença da Educação Popular na universidade não se expressa como um projeto homogêneo, mas como um conjunto de experiências localizadas, documentadas em diferentes fontes, que evidenciam simultaneamente limites e potencialidades.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar de que maneira a Educação Popular influencia e transforma práticas acadêmicas em universidades brasileiras, tomando como referência a sistematização de experiências registradas na literatura científica e documental. Trata-se de uma atualização da pesquisa de Paulo (2018), ampliada pela incorporação de teses e dissertações disponíveis em bases como a CAPES, artigos de periódicos nacionais e latino-americanos, relatórios de pesquisa e edições da revista *La Piragua*, veículo de circulação internacional que articula práticas universitárias e movimentos sociais (Torres Carrillo; Barragán, 2017). Mais do que espaço de divulgação acadêmica, *La Piragua* constitui um fórum de intercâmbio de saberes e sistematização de experiências, fortalecendo a Educação Popular como campo de produção de conhecimento crítico e de luta política.

A questão central que orienta este estudo é: de que maneira a Educação Popular, enraizada, inicialmente, em diálogo com movimentos populares e em uma perspectiva crítica e emancipatória, pode contribuir para a reinvenção da universidade brasileira, tornando-a mais comprometida com a justiça social? Para respondê-la, adota-se uma metodologia de revisão bibliográfica e documental, que integra produções localizadas em bases nacionais (SciELO, Portal CAPES) e regionais (Redalyc, CLACSO, *La Piragua*), articulando tanto análises teóricas quanto relatos de práticas extensionistas. O foco recai sobre experiências que evidenciam a articulação entre ensino, pesquisa e

extensão, reconhecendo que a democratização do acesso, por si só, não garante a democratização do conhecimento, sendo necessário o tensionamento ético-político da universidade por meio de práticas inspiradas na Educação Popular.

Adotou-se uma revisão bibliográfica e documental integrativa, com protocolo de busca, triagem e síntese, direcionado a captar a interface entre universidade/educação superior e Educação Popular. O corpus foi identificado nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES e CAPES/BTD, complementado por Redalyc e CLACSO e pelas edições temáticas da revista La Pirágua. As estratégias de busca priorizaram descritores que articulassem “universidade” ou “educação superior” a “educação popular”, bem como “extensão universitária” a “educação popular”, assegurando aderência direta ao objeto. O recorte temporal para a literatura acadêmica foi de 2004 a 2023; como referência histórica e linha de base, tomou-se a tese de Paulo (2018), que mapeia a relação EP–universidade até 2017, permitindo cotejo longitudinal. Foram incluídos textos em português com foco em acesso/permanência no ensino superior e/ou na articulação ensino–pesquisa–extensão sob a perspectiva da EP; de modo complementar, incorporaram-se textos em espanhol de La Pirágua quando abordavam explicitamente EP na universidade. Excluíram-se publicações sem acesso integral, estudos exclusivamente estatísticos desprovidos de problematização educacional e duplicatas. A triagem deu-se por leitura de títulos e resumos, seguida de leitura integral dos elegíveis, resultando em 217 itens identificados, 42 lidos na íntegra e 12 selecionados como núcleo analítico. Para historicização e triangulação, integraram-se documentos e acervos institucionais Portaria SG-PR/MEC n.º 192/2025; Extensão em Participação Social/MEC, 2025 (Brasil, 2023); Revista Brasileira de Educação, 1995–2017; Cadernos de Educação Popular, 1977–2010; Revista de Educação Popular,

2007–2017). A análise procedeu por codificação temática e síntese narrativa orientadas por duas chaves interpretativas — “popular” como acesso/assistência e como emancipação — e por quatro eixos analítico-operatórios que organizam os achados: territorialização do conhecimento; coprodução e sistematização de saberes; justiça curricular e permanência; e governança participativa da extensão.

A relevância deste estudo encontra-se, portanto, em iluminar o diálogo entre universidade e Educação Popular, destacando práticas interdisciplinares e intersetoriais desenvolvidas no Brasil, sem desconsiderar o contexto latino-americano mais amplo. Ao recuperar autores como Freire (1987), Brandão (2006), Torres Carrillo (2017), Jara (2018), Paulo e Zitkoski (2023) e Paulo (2018; 2022), reafirma-se a atualidade da Educação Popular como horizonte político-pedagógico capaz de ressignificar a função social da universidade e de potencializar sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2 DIÁLOGOS INICIAIS

A constituição da educação superior no Brasil esteve historicamente marcada por seu caráter elitista e profissionalizante. Inspirada no modelo francês-napoleônico e na tradição da Universidade de Coimbra, a universidade brasileira surgiu como instituição restrita às elites, pouco permeável às demandas sociais mais amplas (Leite; Morosini, 1992). Nesse cenário, a Educação Popular não encontrou inicialmente espaço de articulação no interior da universidade, sendo discutida apenas de modo incipiente nos primórdios da República. Experiências pioneiras, como a Universidade Popular de Piracicaba,

fundada em 1910, tiveram como horizonte o acesso ao conhecimento para a organização social, mas sem questionar de forma estrutural os fundamentos do modelo vigente (Oliveira, 1910; Paulo, 2018).

Ao longo do século XX, outras iniciativas buscaram tensionar o caráter excludente do ensino superior. O Movimento Operário ensaiou a criação de universidades populares inspiradas em ideais anarquistas, que, embora inovadoras, enfrentaram dificuldades financeiras e políticas. Na década de 1960, a Universidade de Brasília constituiu-se como símbolo de integração entre ensino, pesquisa e extensão, mas sua proposta democratizadora foi duramente atingida pela repressão do regime militar, que perseguiu educadores progressistas como Paulo Freire e dissolveu experiências críticas em gestação.

Com a redemocratização, a extensão universitária tornou-se uma das principais vias de diálogo com a Educação Popular. Entretanto, essa relação foi marcada por ambiguidades: de um lado, práticas assistencialistas que reforçavam hierarquias; de outro, experiências inovadoras que buscaram articular universidade e movimentos sociais, como ocorreu na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde projetos de ensino, pesquisa e extensão passaram a dialogar explicitamente com a tradição freiriana (Paulo, 2018).

Nas últimas décadas, o avanço das políticas neoliberais e a expansão do ensino superior privado modificaram o cenário universitário, tensionando o papel social da instituição. Programas como o Universidade para Todos (ProUni) foram criados com o objetivo de ampliar o acesso, especialmente para jovens de baixa renda. Embora tenham possibilitado trajetórias antes improváveis, tais iniciativas receberam críticas por se associarem a uma lógica mercadológica de expansão, sem assegurar, necessariamente, processos de formação

crítica. Parte da literatura chegou a denominar tais políticas como “educação popular” por associarem-se ao acesso à escolarização, mas pesquisas como a de Paulo (2018), as diferenciam claramente da tradição emancipatória freiriana, que concebe a Educação Popular como prática político-pedagógica de transformação social.

Paralelamente, multiplicaram-se experiências formativas que buscam consolidar um horizonte de universidade popular. Cursos de especialização em Educação Popular realizados em parceria com movimentos sociais, projetos de extensão em territórios vulnerabilizados e iniciativas de integração curricular sinalizam que a luta pela construção de uma universidade progressista não se perdeu, mas se reinventou diante de novos desafios (Paulo, 2018). Essas práticas, embora pontuais, constituem fontes de inspiração para repensar o papel social da universidade no século XXI.

Nesse percurso histórico, observa-se que a presença da Educação Popular na universidade não se apresenta como política homogênea nem como projeto institucional consolidado. Ao contrário, trata-se de um campo em disputa, no qual se entrecruzam práticas emancipatórias, iniciativas de inclusão escolar e contradições estruturais. É nesse espaço de tensões que se inscreve a problemática deste artigo: compreender como a Educação Popular tem sido apropriada pelas universidades brasileiras e em que medida pode contribuir para reconfigurar suas funções acadêmicas e sociais.

2.1 CONTEXTO E DADOS DA PESQUISA

Atualizando o mapeamento realizado por Paulo (2018), este estudo integrou fontes nacionais e latino-americanas (BTD/CAPES, Portal de Periódicos CAPES, SciELO e edições da *La Pirágua*), com critérios explícitos de inclusão/exclusão e triagem por resumos, seguida de leitura integral dos textos selecionados. O objetivo é situar a presença da Educação Popular (EP) na universidade, identificar tendências analíticas e reconhecer tensões entre políticas de acesso, permanência e produção de conhecimento crítico.

No recorte institucional, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos reúne **17 produções** vinculadas à EP. Embora nem todas tratem diretamente da interface EP–universidade, o conjunto associa EP à pedagogia crítica e a horizontes emancipatórios, mobilizando a noção de “universidade popular” como espaço de visibilização de sujeitos historicamente excluídos da produção acadêmica (PAULO, 2018). Nesse ponto, evidenciam-se convergências com debates latino-americanos sobre universidade popular e movimentos sociais, nos quais a Educação Popular é compreendida como uma pedagogia crítica com acumulado histórico próprio, capaz de disputar o sentido da produção do conhecimento e de reconfigurar a universidade como espaço político-pedagógico de visibilização dos sujeitos subalternizados (Torres Carrillo, 2017; Mejía, 2011).

No plano dos periódicos, o levantamento em bases CAPES identificou **242 artigos** sobre EP (Paulo, 2018), com significativa diversidade temática e consenso quanto à necessidade de articular saber popular e saber científico. Ainda que a conexão EP–universidade apareça de modo menos frequente, multiplicam-se experiências

universitárias inspiradas na tradição freiriana que tensionam o modelo neoliberal e propõem alternativas inclusivas e emancipatórias.

A *Revista Brasileira de Educação* (ANPEd) mostra a consolidação do tema no campo da Educação Popular: desde o texto inaugural de Celso de Rui Beisiegel (1997) sobre participação e politicidade na EJA, somam-se 19 artigos (até 2017) que exploram diálogo, participação, luta, compromisso, politicidade e emancipação (Paulo, 2018). A homenagem a Victor Valla (*Revista Brasileira de Educação*, 2009) sublinha a pesquisa militante, a convivência dialógica, a inserção curricular da EP na universidade e a unidade pensamento-ação — elementos centrais para reorientar o sentido público da formação superior (Paulo, 2018).

Os *Cadernos de Educação Popular* (1977–2010), em 30 volumes, reúnem propostas, projetos e relatos produzidos também por educadores/militantes sem titulação acadêmica formal. Neles, a EP aparece como participação ativa, instrumento de luta e método educativo, com forte ênfase em metodologias participativas e processos formativos. Apesar da amplitude temática, observa-se relativa escassez de relatos especificamente ancorados em práticas universitárias freirianas (Paulo, 2018).

A *Revista de Educação Popular* (UFU, 2007–2017) explicita a interface EP–universidade. Destaca-se o texto de 2010 sobre a experiência da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e a criação de um curso de especialização em EP, que argumenta pela viabilidade da EP como abordagem político-pedagógica no ensino superior e propõe um currículo atravessado por uma epistemologia popular (Paulo, 2018).

No âmbito latino-americano, a revista *La Pirágua* (CEAAL), inspirada no pensamento de Paulo Freire, socializa experiências,

entrevistas e sistematizações em torno de democracia, alfabetização, comunicação popular, interculturalidade, investigação-ação-participativa, gênero, políticas públicas e movimentos sociais. Para além da divulgação, constitui fórum de circulação teórico-metodológica, articulando práticas universitárias e movimentos e reforçando a sistematização como via de produção de conhecimento crítico (Paulo, 2018). Em diálogo com esse acervo, Alfonso Torres Carrillo e Marco Raúl Mejía (*La Piragua* n. 44) problematizam a relação entre universidade clássica e universidade popular, repondo a EP como horizonte de disputa do papel social da universidade. Ambos, colocam que tanto as pesquisas participativas quanto a EP confrontam a universidade clássica e sua lógica excludente. Eles compreendem que a EP é um território de disputa e resistência.

A análise do Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPq) sintetizada por Paulo (2018) confirma a capilaridade do campo: entre 170 grupos que mencionam EP, apenas 22 trazem o termo no título (com destaque para a UFPB); quando se ampliam os critérios para objetivos/linhas, chegam-se a 376 registros, majoritariamente nas Ciências Humanas. Tais dados indicam presença disseminada da EP nas agendas universitárias e sua frequente associação à extensão, porta de entrada para o diálogo universidade-territórios.

Por fim, importa recuperar a chave histórica trabalhada por Paulo (2018): a EP transita de iniciativas de alfabetização de adultos e organização comunitária (primeiras décadas do século XX) para projetos de reformas de base e cultura popular (1959–1964); sofre fragmentações e perseguições durante a ditadura (1964–1979), reemerge na redemocratização com forte inserção nos movimentos sociais (anos 1980) e passa, a partir dos anos 1990, por processos de refundamentação e ressignificação — incorporando metodologias

participativas (IAP), debates de direitos e políticas públicas, e, desde 2010, pluraliza-se e internacionaliza-se (interculturalidade, feminismos, ecologia, economia solidária), chegando às universidades por meio de currículos, extensão e pesquisa comprometidos com a justiça social. Essa periodização historiciza a presença da EP na universidade e oferece o pano de fundo interpretativo para compreender as apropriações contemporâneas do campo.

Em síntese, o corpus examinado sustenta duas teses complementares: (i) políticas de acesso ampliam matrículas, mas permanecem limitadas se não forem acompanhadas de permanência qualificada e de currículos críticos; e (ii) práticas universitárias inspiradas na EP — especialmente via extensão e metodologias participativas — deslocam o foco do acesso para a democratização do conhecimento, ao articular diálogo de saberes, participação e inserção territorial. Esses achados alinham-se ao objetivo da pesquisa e informam as análises subsequentes.

2.2 ATUALIZAÇÃO DAS PESQUISAS

Esta revisão atualiza o estado da arte após 2017 — ano em que Paulo (2018) sistematizou a presença da Educação Popular (EP) na universidade em pesquisa bibliográfica e documental —, ampliando a análise com artigos, teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no Portal de Periódicos CAPES, na base SciELO e em edições da revista *La Pirágua*.

A seleção do corpus ocorreu a partir da leitura dos resumos e da pertinência com a temática da EP e da universidade. Foram inicialmente identificados 217 textos; após triagem e leitura integral,

42 foram examinados, dos quais 12 foram considerados centrais. Destacam-se as contribuições de Silva Jr. e Sguissardi (2005), Catani e Gilioli (2005), Catani, Hey e Gilioli (2006) e Dourado (2002, 2012), que problematizam de forma recorrente as contradições entre democratização do acesso e mercantilização da educação superior.

Os resultados convergem em apontar o ProUni como política que ampliou o ingresso de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente sub-representados (Carvalho, 2006; Costa; Ferreira, 2017; Felicetti; Cabrera, 2017), mas que permanece atravessada por limites estruturais, como a dependência de renúncias fiscais e a fragilidade de mecanismos de permanência (Catani; Hey; Gilioli, 2006; Souza; Menezes, 2014). Estudos quantitativos registram evasão e ociosidade de bolsas (Fontele; Crisóstomo, 2016; Vendramini *et al.*, 2016; Silva; Santos, 2017), enquanto análises qualitativas descrevem tensões relacionadas ao pertencimento e à integração acadêmica dos bolsistas (Amaral; Oliveira, 2011; Santos, 2012; Andriola; Barrozo Filho, 2020).

No campo das práticas freirianas no ensino superior, Alves, Santos e Cruz (2018) analisam experiências da UFPB vinculadas ao PROGEPS, evidenciando articulações entre saúde, diálogo comunitário e formação crítica. Cunha, Montrone e Costa (2020), ao investigarem a UFSCar, reforçam que a extensão, quando sustentada por metodologias participativas, legitima saberes populares e potencializa processos emancipatórios. Nesse horizonte, Santos (2021) mapeia a presença histórica e atual da EP na UFPB, e Paulo (2023) retoma as cartas pedagógicas de Carlos Rodrigues Brandão para sistematizar três vetores da EP no espaço universitário: intersetorial, decolonial e multicultural, reafirmando a centralidade de Brandão e de Paulo Freire (1987) como referenciais ético-políticos.

A síntese temática dos estudos nacionais permite organizar quatro focos: (a) Educação Popular e políticas de inclusão — o ProUni como democratização parcial (Silva Jr.; Sguissardi, 2005; Catani; Gilioli, 2005; Catani; Hey; Gilioli, 2006; Carvalho, 2006; Costa; Ferreira, 2017; Fontele; Crisóstomo, 2016; Vendramini *et al.*, 2016; Andriola; Barrozo Filho, 2020); (b) Educação Popular na universidade — extensão, metodologias participativas e práxis (Alves; Santos; Cruz, 2018; Cunha; Montrone; Costa, 2020; Santos, 2021; Paulo, 2023); (c) Tensões com o neoliberalismo — expansão universitária articulada à mercantilização (Dourado, 2002, 2012; Silva; Santos, 2017; Souza; Menezes, 2014); (d) Sentidos do “popular” — ora como acesso/assistência (políticas focalizadas), ora como emancipação (extensão crítica, pesquisa participativa e movimentos sociais) (Freire, 1987; Brandão, 2006; Torres Carrillo, 2017; Jara Holliday, 2018, 2022).

No plano latino-americano, *La Pirágua* (núms. 43–50) amplia o quadro interpretativo ao debater a presença da EP nas universidades sob as chaves da interculturalidade, da Investigação-Ação-Participativa, das pedagogias críticas e feministas, e do legado de Freire. Esses números socializam experiências de coletivos e redes, como Pañuelos en Rebeldía, Café com Paulo Freire e a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), destacando a dimensão política e emancipatória da EP.

Em termos interpretativos, o conjunto analisado sustenta duas conclusões principais: (1) o ProUni, embora tenha ampliado o acesso, apresenta efeitos estruturantes limitados quando não articulado a políticas de permanência e justiça curricular; (2) a Educação Popular, especialmente por meio da extensão, opera como chave de ressignificação da democratização universitária, deslocando

o eixo do ingresso para a formação crítica, o diálogo de saberes e a emancipação social.

3 A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE: DOCUMENTOS, EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E FUNDAMENTOS

A universidade brasileira, historicamente marcada por um desenho elitista e profissionalizante de matriz coimbrã e francês-napoleônica, mostrou-se pouco permeável às demandas das classes populares (LEITE; MOROSINI, 1992). É nesse horizonte que se inscreve a pergunta que orienta este estudo — em que medida a Educação Popular (EP) tem influenciado e transformado práticas acadêmicas no ensino superior, tensionando o modelo hegemônico — e se justifica a opção metodológica por uma revisão bibliográfica e documental em bases nacionais e latino-americanas (SciELO, CAPES/BTD e Portal, CLACSO e La Pirágua). O corpus identificado compreendeu 217 textos, dos quais 42 foram lidos integralmente e 12 selecionados como centrais, complementados pela leitura de teses, dissertações, relatórios de extensão e pelo exame do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (170 grupos que mencionam EP; 22 com a expressão no título, concentrados sobretudo nas Ciências Humanas), bem como por mapeamentos institucionais como o do PPG Educação da Unisinos (Paulo, 2018).

Do ponto de vista normativo, observam-se inflexões recentes que conferem lastro institucional à presença da EP. O dossiê Educação Popular e Formação Universitária sistematiza práticas em universidades públicas e afirma como horizonte ético-político transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão (Brasil, 2023). Em 2025,

a Portaria Interministerial SG-PR/MEC nº 192 e o documento Extensão em Participação Social reafirmam a extensão como estratégia de democracia participativa ancorada em escuta qualificada e respostas territorializadas — formulação coerente com a tradição freiriana e com o “inédito viável” como construção histórica (Brasil, 2025a, 2025b, 2025c). Em clave latino-americana, La Pirágua (n. 43–50) evidencia a circulação de experiências e debates sobre investigação-ação-participativa, sistematização de experiências, interculturalidade e pedagogias feministas descolonizadoras, recolocando a universidade como espaço de produção de conhecimento em diálogo com movimentos sociais (CEAAL, 2018–2023; Jara Holliday, 2022).

A presença da Educação Popular na universidade tem sido marcada por tensões, aprendizagens e disputas em torno da democratização do conhecimento. Brandão (2006) já indicava que a educação popular não se restringe aos espaços comunitários, mas pode fertilizar o meio acadêmico ao problematizar a função social da universidade. Experiências sistematizadas em diferentes contextos, como na Universidade Federal da Paraíba (Alves; Santos; Cruz, 2018) e na Universidade Federal de São Carlos (Cunha; Montrone; Costa, 2020), mostram que a extensão universitária é campo privilegiado para a articulação entre saberes populares e científicos. No plano latino-americano, autores como Jara Holliday (2022) e Torres Carrillo (2017) ressaltam que a universidade pode se tornar espaço de diálogo de saberes e de formação política se orientada por princípios da educação popular. A revista *La Piragua* também tem se dedicado a refletir sobre esse vínculo, destacando a relação entre movimentos sociais, justiça social e democratização da universidade (LA PIRAGUA, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

No plano conceitual adotado neste artigo, entende-se por “universidade popular” o conjunto de instituições e experiências que democratizam o acesso e, sobretudo, coproduzem conhecimento com os sujeitos populares, articulando ensino, pesquisa e extensão às necessidades concretas da população e disputando um projeto universitário vinculado a um projeto de sociedade emancipatória. Tais experiências caracterizam-se por inserção territorial em comunidades periféricas e rurais, por práticas participativas e por metodologias inspiradas na tradição freiriana (Freire, 1987; Brandão, 2006). No Brasil, destacam-se a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) e iniciativas comunitárias vinculadas a universidades públicas; exemplarmente, a Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS (Zitkoski, 2016, Paulo; Lopes; Dalmoni, 2025) desloca atividades acadêmicas para os territórios e organiza a vida universitária em diálogo integrado entre ensino, pesquisa e extensão. Não se trata, contudo, de qualificar a UFRGS como “universidade popular” em sua totalidade, mas de reconhecer projetos que se orientam por esse horizonte. Em sentido diverso, a Unisinos figura como caso paradoxal: apesar de sua natureza privada filantrópica, abrigou grupos e práticas extensionistas de base popular; a contradição, aqui, é assumida como objeto de análise crítica (Paulo, 2018).

A revisão de literatura permite qualificar os sentidos do “popular” no interior da universidade em dois eixos não excludentes. O primeiro, popular como acesso/assistência, associa-se a políticas focalizadas de democratização do ingresso, como o ProUni, que ampliaram matrículas e criaram trajetórias antes improváveis, mas não asseguraram por si só a permanência qualificada nem a democratização do conhecimento, dadas a renúncia fiscal, a ociosidade de bolsas, a evasão e desafios de pertencimento e integração acadêmica (Carvalho, 2006; Catani; Hey; Gilioli, 2006; Costa; Ferreira,

2017; Vendramini *et al.*, 2016; Fontele; Crisóstomo, 2016; Silva; Santos, 2017; Souza; Menezes, 2014; Andriola; Barrozo Filho, 2020; Amaral; Oliveira, 2011). O segundo, popular como emancipação, ancora-se em práxis freirianas de extensão, investigação-ação-participativa, sistematização de experiências e currículos por problemas, por meio das quais o diálogo de saberes redimensiona a função social da universidade, como evidenciam os estudos sobre a UFPB (PROGEPS, PEPASF, PEPST) e a UFSCar (Alves; Santos; Cruz, 2018; Cunha; Montrone; Costa, 2020), bem como análises latino-americanas de EP e movimentos (Torres Carrillo, 2017; Jara Holliday, 2022).

Para explicitar como a EP articula ensino, pesquisa e extensão a um projeto de sociedade — e, por essa via, reconfigura a universidade de um paradigma de acesso para um paradigma de democratização do conhecimento — propõem-se quatro categorias analítico-operatórias derivadas da literatura e das experiências mapeadas. Territorialização do conhecimento designa o reconhecimento do território como lócus formativo, com governança compartilhada e interlocução orgânica com movimentos sociais e políticas públicas (Brasil, 2023; 2025c; Brandão, 2006). Coprodução e sistematização de saberes referem-se ao diálogo entre saber científico e saber popular via investigação-ação-participativa, sistematização de experiências e desenho curricular por problemas (Freire, 1987; Jara Holliday, 2022; La Pirágua, 2018–2023). Justiça curricular e permanência implica deslocar o foco do ingresso para a formação crítica, acionando tutoria popular, avaliação formativa, dispositivos de cuidado e articulação intersetorial (saúde, assistência, cultura), sem o que políticas de acesso tendem a reproduzir assimetrias (Carvalho, 2006; Catani; Hey; Gilioli, 2006; Costa; Ferreira, 2017; Alves; Santos; Cruz, 2018). Governança participativa da extensão, por fim, compreende a curricularização da extensão e a institucionalização de

conselhos, fóruns e protocolos de participação social, em alinhamento às diretrizes da Portaria SG-PR/MEC nº 192/2025 (Brasil, 2025).

Em síntese, os documentos de política, as experiências analisadas e a literatura especializada convergem para indicar que, entre 2010 e 2025, a presença da EP na universidade brasileira constitui um campo plural e em disputa: ora reduzida a programas de acesso, ora expandida como projeto emancipatório. Quando orientada por dialogicidade, territorialidade e coprodução de saberes, a EP tensiona o modelo tecnocrático e mercantil de universidade e a recoloca como espaço de construção de conhecimento interdisciplinar, intersetorial e intercultural, coerente com o objetivo, a pergunta e o percurso metodológico desta investigação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão indicam que a presença da Educação Popular (EP) na universidade brasileira deixou de ser episódica para configurar um campo em disputa, cuja potência reside na articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, na coprodução de saberes com sujeitos populares e na territorialização dos processos formativos. Em diálogo com a tradição freiriana e com aportes de Brandão, Torres Carrillo, Jara e Paulo, evidencia-se o deslocamento do eixo da “democratização do acesso” para a democratização do conhecimento, com efeitos curriculares, metodológicos e político-institucionais.

Nessa chave, a EP — influenciada por Paulo Freire — distingue-se da educação escolar tradicional por seu caráter emancipatório, pela centralidade do diálogo de saberes e pela práxis

que articula teoria e ação. Ao reconhecer como legítimos tanto os conhecimentos acadêmicos quanto as experiências de vida, ancora-se em contextos sociais concretos com compromisso ético-político de participação, justiça social e inclusão (Freire, 1987; Brandão, 2006). No ensino, abre metodologias político-pedagógicas que partem da experiência dos estudantes e favorecem aprendizagens críticas e significativas; na pesquisa, orienta agendas socialmente referenciadas, atentas a problemas dos territórios; na extensão, transforma a relação universidade–sociedade ao converter receptores em coprodutores de conhecimento. Com isso, democratiza o saber, desloca hierarquias e incentiva abordagens interdisciplinares e colaborativas, recolocando a universidade como espaço de produção de saberes situados (Jara, 2018; Torres Carrillo; Barragán Cordero, 2020).

O corpus analisado confirma dois sentidos hegemônicos do “popular”: (i) acesso/assistência, associado a políticas focalizadas (como o ProUni), que ampliam matrículas, mas não garantem, por si, permanência qualificada nem justiça curricular; e (ii) emancipação, ancorada em extensão crítica, investigação-ação-participativa e sistematização de experiências, nas quais diálogo, participação e inserção territorial redimensionam a função social da universidade. Essa distinção não é tipológica: ela informa gestão, avaliação e formação docente e aponta caminhos de transformação institucional para além da retórica inclusiva.

Persistem, contudo, desafios estruturais: currículos rígidos, produtivismo regido por métricas internacionais, mercantilização do ensino e distâncias históricas entre universidade e movimentos sociais. A atualização normativa em participação social e extensão tensiona positivamente o desenho institucional, mas expõe riscos de captura discursiva (usar a linguagem da EP sem redistribuir poder), de

procedimentalização da curricularização (cumprir requisito formal sem pacto territorial) e de avaliação estreita (bibliometria que invisibiliza impactos públicos). A isso se somam agendas incontornáveis de intersectorialidade, interseccionalidade e decolonialidade (raça, gênero, diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, classe, território, cultura como princípios estruturantes) e os desafios do uso das tecnologias na Educação Popular

À luz de todo o texto, sobressaem problematizações que podem orientar pesquisa, gestão e prática docente:

1. As periferias urbanas e o campo têm sido ouvidos quanto a modalidades, tipos e configuração de cursos (ex.: alternância, tempos formativos no território, calendários compatíveis com o trabalho)?

2. Por que parcelas expressivas da classe trabalhadora migram para o setor privado EAD? A EP ajuda a compreender o fenômeno como produto de barreiras institucionais (oferta e horários inflexíveis, custos indiretos, seleção) e de respostas mercantis; que redesenhos públicos (tempo-espço, permanência, justiça curricular) podem enfrentá-lo?

3. A curricularização da extensão opera como pacto de coprodução com territórios e movimentos — ou como procedimento administrativo?

4. Como a universidade avalia o impacto: por publicações ou por justiça curricular, permanência qualificada, fortalecimento comunitário e incidência pública?

5. Que projeto de governança e financiamento sustentam a EP como política institucional — e não como ilhas vinculadas a pesquisadores individuais?

Como agenda propositiva, consolidam-se quatro frentes necessárias (não acessórios): (1) territorialização do conhecimento (o território como lócus formativo e de governança compartilhada); (2) coprodução, pesquisas participativas e sistematização de saberes (metodologias participativas, currículo por temas geradores a partir da pesquisa da realidade, autoria compartilhada, universidade intersetorial, interdisciplinar e intercultural); (3) justiça curricular e permanência (tutoria, acolhimento, avaliação formativa, articulação intersetorial com saúde, assistência e cultura); (4) governança participativa da extensão (conselhos/fóruns com poder deliberativo e pactos de participação social). Somam-se a essas frentes a formação docente em EP e a construção de parcerias com as organizações populares comunitárias, condição para uma universidade socialmente referenciada (Arroyo, 2012; Canário, 2015).

Por fim, destaca-se o papel estratégico de La Pirágua na circulação transnacional de ideias e práticas de EP. Sua maior apropriação no meio universitário pode robustecer sistematizações de experiências, avaliações participativas de impacto e pedagogias emancipatórias, conectando debates brasileiros e latino-americanos.

Em síntese, a EP não é um método a aplicar, mas um projeto político-pedagógico de sociedade disputado na universidade. Tomada em sua radicalidade — interdisciplinar, intersetorial e intercultural —, ela reposiciona a instituição como espaço público de produção de conhecimento com, e não apenas sobre, os sujeitos populares, resiste à mercantilização e reafirma a vocação pública, crítica e emancipatória do ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. da S.; SANTOS, M. da S.; CRUZ, P. J. S. C. Caminhos e desafios da articulação de projetos de extensão orientados pela Educação Popular: reflexões com base em experiência na Universidade Federal da Paraíba. *Revista de Educação Popular, Uberlândia*, v. 17, n. 3, p. 43-54, set./dez. 2018.

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. O ProUni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro*, v. 19, n. 70, p. 21-42, jan./mar. 2011.

ANDRIOLA, W. B.; BARROZO FILHO, J. L. Avaliação de políticas públicas para a educação superior: o caso do Programa Universidade para Todos (ProUni). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba*, v. 25, n. 3, p. 594-621, set./dez. 2020.

ARROYO, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARRAGÁN CORDERO, D.; TORRES CARRILLO, A. Estudios sobre procesos educativos en organizaciones y movimientos sociales. *Folios*, n. 48, p. 13-26, 2018.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro*, n. 4, p. 35-44, jan./abr. 1997.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação Popular e Formação Universitária: dossiê de sistematização de práticas*. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Extensão em Participação Social*. Brasília: MEC, 2025a.

BRASIL. Ministério da Educação; SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Portaria Interministerial SG-PR/MEC nº 192, de 11 de março de 2025b. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-sg-pr/mec-n-192-de-11-de-marco-de-2025-617950752>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Participação Social. Diretoria de Educação Popular. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2025c.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria-Geral e MEC assinam portaria para Extensão em Participação Social nas universidades. Brasília, 2025d. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2025/marco/secretaria-geral-e-mec-assinam-portaria-para-extensao-em-participacao-social-nas-universidades>. Acesso em: 08 set. 2025.

CANÁRIO, Rui. Estado e educação popular na Revolução Portuguesa. Trabalho Necessário, Niterói, ano 13, n. 21, p. 4–26, 2015.

CARVALHO, C. H. A. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CATANI, Afrânio M. C.; GILIOLI, Renato de S. P. O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan.-jun. 2005.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. ProUni: democratização do acesso às instituições de ensino superior? Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CONSEJO DE EDUCACIÓN POPULAR DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEAAL). La Piragua: Revista Latinoamericana de Educación y Política. Guadalajara, México: CEAAL.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. I. B. O ProUni na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. Avaliação (Campinas), Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017.

CUNHA, A. L. S.; MONTRONE, A. V. G.; COSTA, G. B. A. (Des)encontros da extensão universitária com a Educação Popular na Universidade Federal de São Carlos. Revista Eletrônica de Educação, v. 14, e3951126, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3951/1067>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 21 jan. 2016.

DOURADO, L. F. (org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: UFG, 2012.

FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. Resultados da Educação Superior: o ProUni em foco. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 871-893, nov. 2017.

FONTELE, T. L. L.; CRISÓSTOMO, V. L. ProUni – pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 3, p. 739-765, nov. 2016.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JARA HOLLIDAY, O. La educación popular latinoamericana. Historia y claves de lectura. San José: CEAAL/ALBOAN/INTERRED/CEP Alforja, 2018.

JARA HOLLIDAY, O. Educação popular e universidade: desafios e aprendizagens. In: La Piragua, n. 42, 2022.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. CEAAL: 35 años de caminar la educación popular en América Latina y el Caribe: historia, memoria y perspectivas. Nº 43, feb. 2018. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_43.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. Estrategias políticas para democratizar el conocimiento: investigación acción participativa, sistematización de experiencias y educación popular. Nº 44, nov. 2018. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_44.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. La educación popular en movimiento por justicia social, democracia e igualdad. Nº 45, dic. 2018. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_45.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. O legado de Paulo Freire para a educação na América Latina e no Caribe. Nº 46, set./dez. 2019. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_46.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. Educación popular en tiempos de transformación. N° 47, dic. 2020. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_47.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. Formación política y educación popular en tiempos de crisis civilizatoria y reexistencias. N° 48, dic. 2021. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_48.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. Educación popular feminista: pedagogías emancipatorias, rebeldías antipatriarcales. N° 49, dic. 2022. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_49.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LA PIRAGUA: revista latinoamericana y caribeña de educación y política. CEAAL, 40 años forjando un movimiento de educación popular. N° 50, jul. 2023. Disponível em: http://www.ceaal.org/v3/images/revistas/la_piragua_50.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LEITE, D.; MOROSINI, M. Universidade no Brasil: a idéia e a prática. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 73, n. 174, p. 242-254, maio/ago. 1992.

OLIVEIRA, J. F. A vulgarização do ensino – questões a resolver e papel das Universidades Populares. Folheto de Propaganda. Inauguração da Universidade Popular de Piracicaba no dia 3 de setembro de 1910. São Paulo: Tipografia Brazil de Rothschild & Cia., 1910. p. 10-24.

PAULO, F. dos S. Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade. 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.

PAULO, F. dos S.; LOPES, D. L.; DALMONI, A. M. T. Formação de professores na perspectiva da Educação Popular interdisciplinar e alternante: uma análise documental da Educampo/UFRGS. Dimensões Docentes, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 2025.

PAULO, F. dos S. Educação de jovens e adultos e a educação popular: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

PAULO, F. dos S. Aulas com cartas pedagógicas: educação popular e educadores sociais. Porto Alegre: Livrologia, 2023.

PAULO, F. dos S.; ZITKOSKI, J. J. O contexto histórico brasileiro da universidade e o lugar da Educação Popular. *Cadernos de Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 233-260, 30 jun. 2023.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. HOMENAGEM: a contribuição de Victor Valla ao pensamento da educação popular. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 745-748, set./dez. 2009.

SANTOS, C. T. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 770-790, set./dez. 2012.

SANTOS, T. C. P. dos. A extensão em Educação Popular na Universidade Federal da Paraíba: resgate histórico e perfil atual. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA, A. M.; SANTOS, B. C. S. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 741-757, nov. 2017.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, p. 5-27, 2005.

SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (ProUni): quem ganha o quê, como e quando? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-634, jul./set. 2014.

TORRES CARRILLO, A. *Educación popular y movimientos sociales en América Latina*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2017.

TORRES CARRILLO, A.; BARRAGÁN CORDERO, D. *La sistematización de experiencias como investigación interpretativa crítica*. Bogotá: Editorial El Búho; Corporación Síntesis, 2017.

VENDRAMINI, C. M. M.; LOPES, F. Desempenho no Enade de bolsistas ProUni: modelagem de equações estruturais. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 28, n. 1, p. 69–75, 2016.

ZITKOSKI, J. J. Contextos emergentes na licenciatura do campo da UFR-GS: refletindo sobre a docência numa perspectiva interdisciplinar. In: FRANCO, M. E. D. P. et al. (org.). Educação superior e contextos emergentes na publicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 297-312, 2016.

Endereço para correspondência:

Fernanda dos Santos Paulo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Av. Paulo Gama, Farroupilha, 90040060 - Porto Alegre, RS. fernanda.paulo@unoesc.edu.br.